

Território de Identidade

Médio Sudoeste da Bahia

Perfil Sintético



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

Rui Costa

Governador do Estado da Bahia

João Leão

Vice-Governador do Estado da Bahia

Jerônimo Rodrigues Souza

Secretário de Desenvolvimento Rural

Edson Neves Valadares

Chefe de Gabinete

Mário S. N. de Freitas

Coordenador de Planejamento e Gestão

Mércia Carvalho

Coordenadora de Gestão Organizacional e TIC

André Pomponet

Especialista em Políticas Públicas
e Gestão Governamental

Robson Batista

Assessor Técnico

Leonardo de Farias

Assessor Técnico

Maria de Fátima Vaccarezza

Assessora Técnica

Fernando Coelho

Secretário Administrativo

Riqueciano Soares

Analista de Sistemas

ELABORAÇÃO

Assessoria de Planejamento e Gestão

André Pomponet

Pesquisa e Redação

Robson Batista

Layout e Diagramação

Sumário

Apresentação	3
Caracterização	5
A Realidade Rural	6
Aspectos Demográficos	7
Educação	8
Saúde	9
Vulnerabilidade	10
Mercado de Trabalho	11
Água e Saneamento	12

Apresentação



O Perfil Sintético dos Territórios de Identidade da Bahia tem o propósito de oferecer um conjunto de informações básicas sobre a realidade de cada um dos 27 territórios que são utilizados como unidade de planejamento pelo Governo da Bahia. Embora a ênfase se dê em relação às questões rurais, consideramos fundamental apresentar informações adicionais que envolvem a população do campo, como aspectos demográficos e indicadores de saúde e educação.

A concepção e a implementação de políticas públicas com efetivo sucesso exigem o conhecimento prévio sobre a realidade que se pretende transformar. Sendo assim, a presente publicação tem o objetivo de contribuir para as discussões em andamento e servir de subsídio para aqueles que trabalham com o tema do Desenvolvimento Rural e com a questão territorial.

Este Perfil Sintético também reforça o nosso compromisso com a transparência e a construção coletiva, à medida que busca a difusão de informações entre todos aqueles que estão engajados na questão do Desenvolvimento Rural.

Jerônimo Rodrigues Souza
Secretário de Desenvolvimento Rural

Salvador, Bahia, 2015



Fonte: CEDETER, 2011.

Caracterização

O Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia possui extensão total de 11,7 mil quilômetros quadrados e população estimada em 247,1 mil habitantes. É composto por 13 municípios: Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória. O município de Itapetinga é a principal referência urbana do Médio Sudoeste, com população aproximada de 70 mil habitantes.

Uma característica do Médio Sudoeste da Bahia é a grande diversidade climática, com áreas semiáridas coexistindo com espaços úmidos a subúmidos. Convergindo com essas características, o regime pluviométrico também varia, com as precipitações oscilando de 500mm a 800mm anuais a 1.100mm a até 2.000mm anuais. O bioma predominante no Médio Sudoeste é o da Mata Atlântica.

As principais atividades econômicas do território, tradicionalmente, sempre se articularam em torno da pecuária leiteira. Ao longo dos últimos anos o território também fortaleceu sua matriz industrial, com a implantação de empresas do setor calçadista. O Médio Sudoeste faz divisa com o estado de Minas Gerais, mas não é cortado por nenhuma rodovia federal, embora se situe próximo à BR 101.

A Realidade Rural

O Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia tem 4,6 mil estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar, conforme levantamento do Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Desse total, as maiores quantidades localizam-se em Nova Canaã (1,5 mil), seguida de Ibicuí (799) e Itambé (684). Os municípios com menor número de estabelecimentos com Agricultura Familiar no território são Itapetinga (54) e Potiraguá (65).

Em relação à distribuição da propriedade entre os agricultores familiares, a maior quantidade está entre aqueles que são titulares da terra que cultivam (4.350). Há a ocorrência de outras situações, como a parceria (93), o arrendamento (26) e também as ocupações (115). As propriedades ocupadas significam 2,4% do total de estabelecimento da Agricultura Familiar no Médio Sudoeste da Bahia.

As principais atividades agropecuárias envolvem a bovinocultura e a apicultura, de acordo com dados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) realizado em 2013. Levantamento realizado a partir de uma parceria entre a CDA e a Ufba indica que não existem comunidades remanescentes de quilombos no território. Com relação às atividades pesqueiras, foi registrada a presença de apenas uma associação, no município de Itapetinga.

No Médio Sudoeste da Bahia o rebanho bovino totaliza 868,4 mil animais, de acordo com dados do IBGE de 2010. Nessa atividade, destacam-se os municípios de Itarantim, Itapetinga, Itambé e Macarani, com cerca de 54% do rebanho total do território.

Aspectos Demográficos

Entre os anos de 2000 e 2010 os municípios que integram o Médio Sudoeste experimentaram crescimento demográfico bastante inferior à média registrada para a Bahia (0,1%, contra 0,7% do estado), destacando-se a redução da população rural em 3,3% e a insuficiente expansão da população urbana, que não foi além de 1,5%. Dos 13 municípios que integram o território, quatro deles registraram decréscimo da população: Potiraguá (-3,9%), Caatiba (-3%), Itambé (-2,9%) e Santa Cruz da Vitória (-0,5%).

A exemplo do que ocorre em outros territórios, o Médio Sudoeste tem mais jovens até 14 anos (26%) e mais idosos (12,2%) que os índices verificados para a Bahia (25,6% e 10,3%, respectivamente). Essa situação se reflete em um menor percentual da população em idade produtiva (61,8%) em comparação com o conjunto da Bahia (64%).

O Médio Sudoeste registrou saldo migratório negativo (-1,01%), entre os anos de 2005 e 2010, acompanhando a tendência para a Bahia no período (-1,83%). Nesse intervalo, houve o aporte de 4,7 mil imigrantes e a partida de 7 mil emigrantes, resultando no saldo negativo de 2,3 mil pessoas. O destino preferencial de quem deixa o território é São Paulo, com 4,5 mil emigrantes.

Educação

Embora o analfabetismo entre a população com idade superior a 15 anos ainda esteja com percentuais acima da média da Bahia, os municípios que integram o Médio Sudoeste avançaram em relação à questão entre os anos de 2000 e 2010. O percentual, que era de 30,3%, se reduziu para 23,7% no intervalo, bastante acima do índice da Bahia, que atingiu 16,3% em 2010. O problema é mais grave em Nova Canaã (31,4%), Caatiba (30,9%) e Iguai (30,9%). O melhor desempenho foi observado em Itapetinga (14,7%).



Um indicador positivo foi o avanço da taxa de escolarização bruta dos municípios do Médio Sudoeste, que avançou de 89,2% para 96,2%, o que é ligeiramente inferior à média geral do estado (96,9%). Esse índice dimensiona o acesso à Educação, desconsiderando a evasão. À exceção de Santa Cruz da Vitória (92%), todos os 13 municípios registram taxa superior a 95%.

Com relação à faixa etária dos 15 aos 17 anos, também houve melhoras, mas os resultados são menos satisfatórios. No período, o acesso à educação passou de 75,6% para 80,9%, o que significa resultado ainda inferior à média da Bahia (83,7%). Quando se considera a taxa líquida – que deduz a evasão e o abandono – esses índices se reduzem para 11,7% e 31,4%, respectivamente, para os anos de 2000 e 2010. Nota-se, portanto, a necessidade de avançar em relação à permanência desses adolescentes na escola, já que a taxa líquida é, inclusive, inferior à alcançada pela Bahia (38%).

Saúde

Os municípios do Médio Sudoeste, contrariando a tendência de praticamente todos os Territórios de Identidade da Bahia, registraram dados insatisfatórios no âmbito da Saúde entre 2000 e 2010. No período, a taxa de mortalidade infantil aumentou de 19,9 por mil para 22,7 por mil, piorando, portanto, em relação ao que se verificou em 2000. Na Bahia, o índice é de 18,3 por mil. Esses dados se referem aos grupos de cada mil crianças nascidas vivas. Já entre as crianças mortas com idade até 5 anos, a taxa também aumentou, de 23,6 por mil para 26,6 por mil no mesmo intervalo.



Por outro lado, houve avanços em relação a outras doenças. Um exemplo são os casos de tuberculose notificados, que declinaram de 166 para 66 no período entre 2001 e 2012. Em relação aos registros de hanseníase, houve leve elevação (de 22 para 32), embora o número tenha permanecido, em todo o intervalo, próximo a esse patamar.

Com relação aos registros de dengue, por sua vez, a queda foi expressiva: o número de casos notificados caiu de 576 para 172 entre 2001 e 2012. Os anos com maior número de ocorrências foram 2002 e 2009, com 1,2 mil e 3,5 mil casos, respectivamente.

Vulnerabilidade

Ao longo da última década os municípios que integram o Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia avançaram em relação à elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Em 2000, somente Itapetinga (0,529) tinha IDH superior a 0,500. Dez anos depois, nenhum município tinha índice inferior a 0,500. Note-se, porém, que somente Itapetinga (0,667) tem índice superior a 0,660, que corresponde à média da Bahia.

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador de qualidade de vida de uma população. Compõem o IDH a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade e a renda per capita. O IDH entre zero e 0,499 é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 é considerado médio e, acima de 0,800, o nível de desenvolvimento é alto. O nível de desenvolvimento do Médio Sudoeste, portanto, pode ser considerado médio.

O Território do Médio Sudoeste registra índice de concentração de renda– Gini inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,505 no território. Quanto mais elevado o Gini, maior a concentração de riqueza. O território, inclusive, registra avanços em relação à melhor distribuição da riqueza, já que em 2000 esse índice era de 0,556.

Esses indicadores tem uma correlação com a redução no número de pessoas extremamente pobres residentes no território. Esse índice declinou de 27,6% em 2000 para 10,3% em 2010. O percentual, inclusive, é bastante inferior à média baiana, que alcançou 15% em 2010.

Os resultados satisfatórios em relação à redução da extrema pobreza podem ser atribuídos, em parte, às políticas de transferência de renda do Governo Federal, particularmente ao Programa Bolsa Família – PBF. Em outubro de 2013, mais de 32,5 mil famílias estavam cadastradas no programa nos municípios do território, com o repasse total de aproximadamente R\$ 55 milhões no período.

Mercado de Trabalho

A ampliação no número de empregos formais no Médio Sudoeste também é um fator que contribuiu para a redução da pobreza no território. O número de postos de trabalho mais que dobrou, passando de 16,8 mil para 37,7 mil entre os anos de 2001 e 2011. Parte do impacto, no entanto, se deve à Administração Pública, que ampliou o número de empregos de 5 mil para 11 mil no intervalo.



O maior crescimento relativo, porém, se deu na Indústria de Transformação, pois os empregos passaram de 6,1 mil para 16,9 mil. Embora tenham gerado empregos, o setor de Comércio tem influência mais modesta no Mercado de Trabalho: a variação foi de 1,4 mil para 3,3 mil empregos.

A quantidade de empregos formais, no entanto, é muito limitada quando se considera o volume de trabalhadores sem carteira assinada: 30,3 mil pessoas estão nessa condição, com remuneração bem abaixo da renda do setor formal: R\$ 417, contra R\$ 676 dos trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho, conforme dados do Censo 2010 do IBGE.

Água e Saneamento

O número de domicílios interligados à rede geral de esgoto se expandiu significativamente no Médio Sudoeste em apenas uma década: eram 35,5 mil em 2000 e passaram a 51,7 mil dez anos depois. Os desafios em relação ao esgotamento sanitário no território, no entanto, ainda são significativos: mais de 15,5 mil domicílios ainda utilizam formas inadequadas para o descarte de resíduos.



O acesso à rede geral de distribuição de água também melhorou: eram 42 mil domicílios atendidos em 2000, passando para 57,1 mil no levantamento realizado em 2010. Apesar dos avanços, mais de 13,4 mil domicílios ainda recorrem a outras formas de abastecimento, a exemplo de nascentes, poços, rios, açudes ou lagos ou captação de água da chuva em cisternas.

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

